

## Caso Cabinda

Cabinda é considerada a mais rica província de Angola em matéria de recursos naturais. Para além do petróleo, o subsolo de Cabinda possui urânio, ouro, diamante, fosfatos, manganês, ferro entre os outros minerais. É também produtora de madeiras, algumas de espécie raras e reúne varias espécies de pecuária. Tem igualmente uma invulgar riqueza psíquica. Produz café, cacau, banana, mamão, papaia, milho, mandioca, feijão, batata, entre muitos outros produtos agrícolas.

Não é nossa intenção tratar aqui de génese do &ldquo;Caso Cabinda&rdquo;. Sobre esta matéria para além de existir inúmera literatura, já foram realizadas algumas Conferencias. No entanto, um pouco de história talvez se impõe.

A 1 de Fevereiro de 1885 Cabinda tornou-se protectorado de Portugal. A 12 de Maio de 1886, Portugal e França assinaram uma Convenção para delimitarem as fronteiras entre Cabinda e actual Congo &ndash; Brazaville, e por decreto de 31 de Maio de 1887, a sede do distinto Congo criado por Carto de Lei de 18 de Julho de 1885, passa a ser Cabinda e a de 14 de Julho de 1887 chega a Cabinda João de Brissae das Neves, primeiro governador do Congo.

As alterações de carácter político &ndash; administrativas em Cabinda foram muitas. De 1887 a 1917, Cabinda foi sede do distinto do Congo. Ainda em 1917 deixa de ser sede, continuando a pertencer ao Distrito do Congo que passa a ter como capital Maquela do Zombo.

Cabinda passa a intendência (administração) em 1921 mas continuam a depender de Maquela do Zombo. Com a criação do Distrito do Zaire em 1922, Cabinda passa a depender deste. Já em 1930 é criada uma única intendência: Zaire e Cabinda. Dois anos mais tarde, o Zaire e integrado no Distrito do Zaire e Congo e Cabinda passa a depender directamente do Governo Geral de Angola.

Porém, em 1946, passa a distinto e possui Governador independente. Dez anos depois (1956) a dependência de Luanda acentua-se.

## 2. REIVINDICAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A ideia de independência manifesta-se publicamente pela primeira vez quando o governo Português decidiu unir administrativamente Cabinda a Angola, em 1956. O espírito independentista Cabindense acentua-se em 1960 com o aparecimento do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC). Só em 1963, porem, surgem dois outros movimentos dispostos a lutar pela independência Comité de Acção de União Nacional dos Cabindas (CAUNC) e Aliança do Maiombe (ALLIAMA), que vieram a fundir-se a 4 de Agosto de 1963, na Frente de Libertação do Enclave da Cabinda (FLEC) tendo sido seu primeiro líder Luís Rangué Frangue.

Refira-se que já em 20 de Novembro de 1962, Rangué Franque foi ouvido pela 4.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em representação do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC).

A ideia dos Cabinda serem independentes torna forma definitiva ao aperceberem-se que Portugal, após a revolução dos capitães de Abril de 1974, não lhes assegurava, no mínimo, a manutenção da sua autoridade e interioridade territorial, deveres assumidos nos tratados de Chifuma (29/09/83), de Chicambo (20/12/84) e Simulambuco (1/02/85). Nos artigos

3.º e 9.º deste último tratado, Portugal abriga-se a manter a integridade do território de Cabinda colocado sob seu protratado, e declara-se a respeitar os usos e costumes de Cabindes.

### 3. PROBLEMAS SOCIO-POLÍTICOS

A pesar do seu potencial em recursos, e do facto de , em Cabinda, a guerra nunca ter atingido as dimensões destrutivas que esta assumiu noutras parcelas de Angola, Cabinda sempre debateu com graves problemas sociais e económicos. A independência em relação ao governo central e elevada e grandes partes dos projectos de desenvolvimento existentes (Zona Franca Industrial, Porto Comercial, Aeroporto Internacional, Estrada Cabinda/ Soyo, Terminal Oceânico) são pouco mais do que promessas políticas que jazem nos documentos programáticos governamentais elaborados, aparentemente, apenas para exercícios de proselitismo (propaganda)

A realidade Cabindense do post-colonialismo em Angola compreende múltiplas carências socio-económicas que configuram alguns dos paradoxos sociais mais célebres do país na actualidade. Antes de mais, o maior produtor nacional de petróleo (mais de 50% da produção petrolífera total de país) e de madeira vem enfrentando problemas de abastecimento em combustíveis, lubrificantes e madeiras, em consequência de políticas distributivas insensíveis às preocupações das populações locais.

Apesar de oficialmente Cabinda ter vindo a receber benefícios substanciais da actividade petrolífera local, desde 1% das receitas fiscais resultantes da exploração petrolífera, nos princípios dos anos 80 e de 10% dos ganhos induzidos pela mesma actividade a partir de 1992, há evidência clara de que também nesta matéria, o Governo Provincial de Cabinda é refém da gestão centralizada do Governo Central, não havendo a tal discriminação positiva de Cabinda relativamente às outras províncias do país.

O «Estatuto especial» para Cabinda, apregoado pelo governo central, no intuito de assegurar um desenvolvimento local coerente com as especificidades históricas, culturais, políticas, económicas e geográficas da província, no contexto da República de Angola permanece letra morta. Por outro lado, a realidade social e económica de Cabinda comporta inúmeras situações paradoxais que configuram, objectivamente o exercício de uma política de discriminação desfavorável para as populações de Cabinda levada pelo Governo Central.

### 4. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

A situação económica e social de Cabinda é tão dramática e injustificada que tendo em conta as especialidades históricas da região, não parece fácil travar o recrudescimento do sentimento independentista das populações autóctones locais, salvo se for feito algo de substancial para a melhoria das condições de vida das pessoas.

A Cabinda Center &ndash; Centro de Informação e de Estudos Especializados para o Desenvolvimento de Cabinda, ONG sediada em Portugal e que se dedica à realização de investigação científica aplicada ao desenvolvimento social e económico de Cabinda &ndash;; por exemplo, considera que &ldquo;nenhum povo nasceu separatista, pelo contrário, todos os povos nasceram solidários, auto &ndash; globalizantes, por vocação. O separatismo é o resultado somativo entre um desejo, ainda que falso ou impossível, de liberdade e a ma actuação política (&hellip;) É quando o povo desta província se vê, praticamente sem proventos significativos de tantas das suas riquezas sub solares, que se sente espoliado; é quando se tornam medidas de perseguição política maciça (&hellip;) que o povo se sente oprimido; é quando, á pretextos de convencimento duvidoso, se não atenta às aspirações da província relativamente às obras de vulto de responsabilidade nacional - Porto, Aeroporto, Centro Universitário, Zona Franca Industrial &ndash; que se sente marginalizado e obrigado a um nacionalismo auto &ndash; determinativo (center, 1998, p1). Não sendo cumpridos as promessas mais importantes feitas aos Cabindas pelo governo central, desde a independência, tornam-se cada vez mais manifestos, com o decorrer dos tempos, os sinais de tensão política entre as partes directamente envolvidas no Caso Cabinda ou seja, o Governo/Mpla e os Cabindas.

Será que o Acordo de Cessar-fogo terá o condão de travar o recrudescimento independentista.